Faculdade Faculdade

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

PLANO DE AÇÃO





1. Apresentação

O Plano de Ação da Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Atitude é decorrente da necessidade da Instituição de estar constantemente revendo sua ação frente a sua intencionalidade, contexto sócio histórico de seu tempo e do meio em que está inserida.

A CPA reforça junto a comunidade acadêmica (docentes, discentes, colaboradores, gestores, egressos e demais pessoas da comunidade externa) de conhecer e participar da autoavaliação, não somente no preenchimento de questionários, mas desde a concepção e planejamento de suas atividades até o acompanhamento das ações realizadas a partir dos resultados da avaliação. Assim, se constrói um processo político na dinâmica institucional a partir das diferentes perspectivas dos segmentos mencionados.

Nesse sentido, apesar de publicado, esse plano ainda pode receber proposições, pois a CPA submete-o a apreciação da comunidade e caso ocorra a necessidade de ajustes nas rotas aqui estabelecidas, as mesmas serão realizadas sem prejuízo do principal propósito da avaliação, qual seja, aperfeiçoar a instituição. Considerando-se, portanto, que todo planejamento é em si resultado de um processo dinâmico o mesmo admite reconfigurações antes da implantação de cada uma das ações.

Neste processo, o objetivo maior é oferecer subsídios para os cursos e Instituição de repensar, revisar e aperfeiçoar seus projetos pedagógicos, bem como suas ações. Neste sentido, a avaliação é decisiva para que possam perceber com maior clareza os erros e acertos, possibilidades e limites, e para que propostas possam ser encaminhadas e mudanças qualitativas possam ser realizadas.

Para que possamos ter uma visão de totalidade de nossa instituição, estaremos ouvindo e registrando a fala dos acadêmicos, professores, funcionários, egressos e sociedade civil. Para tal, utilizaremos de forma integrada, critérios objetivos, qualitativos, quantitativos e conceituais, distribuídos em tópicos na avaliação ora proposta.

Queremos ter a possibilidade de fazer com que a avaliação se constitua para além da concepção meritocracia, ou seja, apenas uma forma de premiação/punição, como também não pretende que seja a representação da neutralidade. Deve ser ela uma questão de maturidade institucional e de



responsabilidade para com a qualidade. Como processo, ainda, requer a avaliação institucional ser credível, exequível e consequente.

A avaliação como processo deve ser viável, principalmente em termos de possibilidade e de execução. A avaliação como processo requer ser exata, tendo em vista a necessidade de sua condução correta e dos instrumentos adequados para a obtenção de informações confiáveis. A avaliação como processo é uma questão ética e social, visto sua condução transparente e com senso de justiça.

Assim, devemos entendê-la através da concepção qualitativa e quantitativa. Nessa abordagem, nosso foco residirá no processo e em suas possibilidades e limites. Um processo extremamente ágil, dinâmico, portanto com necessidades de mudanças em um constante diálogo do projeto institucional com a realidade e com as novas ideias que dele surgem. A metodologia para abarcar essa dinâmica deverá ser a ação-reflexão-ação.

A avaliação institucional acima de tudo deve servir como ponto de apoio aos recursos humanos, e não de ranking nem de professores, nem das funções da Instituição. Pretende-se com a avaliação a dignificação da função docente, técnica e administrativa, bem como um ensino de qualidade sempre maior. Obviamente, além de entender a extensão e utilidade de sua função social, da Instituição, junto ao meio em que atua.

Para tal, será indispensável que a avaliação institucional seja desenvolvida de forma periódica, visto ser necessário estabelecer-se uma história comparativa do nível de sua evolução qualitativa. Assim, a partir dos indicadores de qualidade identificados, torna-se mais facilmente possível a implementação do necessário redimensionamento das funções da Instituição.

Finalmente, espera-se, ainda, que a partir da avaliação institucional e do diagnóstico resultante, sejam construídos encaminhamentos, processos e ações a serem adotados pela UNIATITUDE com o intuito de superar as dificuldades e aprimorar os aspectos apontados positivamente. O desejo e a intencionalidade é que essas ações, depois de diagnosticadas, ocorram sempre com uma maior participação crítica e um comprometimento efetivo de toda comunidade acadêmica e da sociedade que a envolve, com os destinos da Instituição, visto que uma IES somente consegue se impor interna e externamente pelo nível de qualidade da ciência e tecnologia que promove e sua capacidade de atender,



através do exercício de sua responsabilidade social, as demandas de nosso tempo, contribuindo para a formação de uma sociedade mais justa, equânime, social e economicamente desenvolvida.

O objetivo desse documento consiste em publicitar o plano das ações que serão desenvolvidas no âmbito da avaliação institucional na UNIATITUDE, e simultaneamente:

- a) Orientar todos os envolvidos no processo de autoavaliação;
- b) Avaliar as dez (10) dimensões de acordo com a Lei do SINAES;
- c) Esclarecer os objetivos das ações planejadas para os envolvidos.
- d) Estabelecer a agenda mensal da CPA.

2. Integrantes da CPA

MEMBROS	SEGMENTO	
AMILTON CARLOS DO NASCIMENTO	COORDENADOR	
STELLA ROCHA DA SILVA	DOCENTE	
ALMIR MARQUES JUNIOR	DOCENTE	
VACÂNCIA	DISCENTE	
VACÂNCIA	DISCENTE	
ROSEMERI SANTOS DE OLIVEIR	SOCIEDADE CIVIL	
PAULO SÉRGIO CANTISANO	SOCIEDADE CIVIL	
DANILO CRUS AZEREDO	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	
SANDRO FONSECA	TÉCNICO ADMINISTRATIVO	

2. Sensibilização

A sensibilização ocorrerá por meio de visitas em sala de aula e participação de eventos específicos dos cursos para esclarecer, sobretudo, a finalidade da autoavaliação e as melhorias conquistadas por meio dela. A principal estratégia de sensibilização será divulgar os resultados das avaliações da CPA e seus impactos na UNIATITUDE. A fixação do banner em todos os campus convidando a comunidade a participação da autoavaliação e envio de e-mail e mensagem online sobre a autoavaliação continuará nesse semestre.

2.1 Formação em Avaliação

Os encontros ocorrerão por meio de encontros voltados para os membros da CPA, docentes e discentes da instituição. Esses encontros poderão ser incluídos nas programações específicas dos cursos,



tais como reuniões e semanas acadêmicas. Os temas envolverão: avaliação institucional e sua contribuição para a gestão institucional; o papel do ENADE para o aperfeiçoamento dos cursos; e, ENADE como instrumento de autoavaliação discente.

3. Coleta de Dados

A principal estratégia de coleta de dados até o momento é o questionário e de parecer encaminhado pelos coordenadores de cursos e gestores de Campus, da biblioteca, financeiro e tecnologia da informação, que encaminharão seus pareceres para Avaliação Institucional. No novo projeto de autoavaliação buscar-se-á ampliar as estratégia com a utilização de entrevistas de grupos focais, enquetes, observação, pesquisa documental, e análise de conteúdo.

3.1. Modelos de parecer:

Curso e/ou setor:		
PARECER		
ASPECTOS POSITIVOS		
ASPECTOS NEGATIVOS		

ASPECTOS A SEREM REVISTOS



RECOMENDAÇÕES		

4. Divulgação dos Resultados

A divulgação dos resultados ocorre por meio de:

Assinatura e data do coordenador do curso

- a) Confecção de boletins informativos, banners e *folders* sobre autoavaliação institucional sejam em mídias impressas e/ou eletrônicas;
- b) Fixação de banners em pontos estratégicos como quadro de avisos, bibliotecas, sala dos professores, mural dos cursos; etc;
- d) Publicação no site da CPA de todos os relatórios de curso e anual;
- e) Envio de mensagem online para professores, gestores e alunos sobre os resultados da autoavaliação.
- 5. Dimensões que serão Analisadas e suas Categorias

As questões fontes que alimentam os itens maiores, suas categorias e indicadores, foram elaborados de acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Projeto Pedagógico de cada Curso e a realidade concreta desta Instituição.



As Categorias de análise constituem desdobramentos das Dimensões, organizadas, cada uma, de acordo com as características mais pertinentes em função dos processos futuros de análise e avaliação.

Os Indicadores são os desdobramentos das Categorias de análise e também estão organizados em função da sua proximidade e interdependência.

Os instrumentos e a periodicidade da avaliação institucional serão aprovados pela direção superior da instituição, após consulta à comunidade acadêmica, por intermédio de seus órgãos colegiados.

A participação da comunidade acadêmica no processo da autoavaliação está prevista de diferentes formas:

- » na coordenação do processo de avaliação institucional, por meio da representação de todos os setores da comunidade acadêmica e da sociedade na Comissão Própria de Avaliação da Faculdade Atitude;
- » na concepção do projeto de avaliação institucional, por meio da participação de representantes do corpo docente, do corpo discente e do corpo técnico-administrativo nos grupos de trabalho responsáveis pela elaboração das propostas de avaliação em cada uma das dimensões;
- » no desenvolvimento das atividades de avaliação, por meio da participação na divulgação e sensibilização, na elaboração de instrumentos, coleta de informações, análise e consolidação das informações.

O modelo proposto considera que cada uma das atividades integrantes das dimensões da avaliação, considerando suas peculiaridades, pode ser analisada segundo três níveis inter-relacionados:

Nível institucional: o compromisso institucional para a estruturação e efetivação das atividades, englobando os níveis declaratório e normativo sugeridos nas Diretrizes para a Avaliação das Instituições de Educação Superior da CONAES, ou seja, a avaliação dos documentos que fundamentam o projeto institucional, com foco na coerência entre seus princípios, diretrizes e a gestão prática da instituição. Neste nível foi incluída, ainda, a avaliação dos recursos disponibilizados pela instituição para as atividades englobadas em cada uma das dimensões de análise, de forma agregada, configurando toda a estrutura institucional de suporte a cada uma de suas atividades.



- Nível organizacional: avalia os processos, métodos e instrumentos que dão suporte às atividades cujos princípios, diretrizes e recursos foram estabelecidos no nível institucional, com foco na promoção de níveis de qualidade apropriados para a gestão, o ensino, a pesquisa, a extensão e à responsabilidade social da instituição.
- Nível dos resultados: avalia o impacto, a eficácia e a efetividade acadêmica e social das atividades em relação aos seus objetivos, com foco na formação acadêmico-profissional, na produção acadêmica, artística e cultural, no desenvolvimento técnico-científico e social e nas ações de responsabilidade social.

Os itens maiores (Dimensões) e Categorias que fazem parte desta avaliação, conforme art. 3º da Lei 10.861 – Sinaes, respectivamente são, dividido por Eixo:

Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Institucional: considera a dimensão:

a) 8 - Planejamento e Avaliação do SINAES.

Eixo 2 – Desenvolvimento Institucional: contempla as dimensões:

- a) 1 Missão e Plano de Desenvolvimento Institucional, e;
- b) 3 (Responsabilidade Social da Instituição) do Sinaes.

Eixo 3 – Políticas Acadêmicas: abrange as dimensões:

- a) 2 Políticas para o Ensino, a Pesquisa e a Extensão,
- b) 4 Comunicação com a Sociedade; e,
- c) 9 Políticas de Atendimento aos Discentes do SINAES.

Eixo 4 – Políticas de Gestão: compreende as dimensões:

- a) 5 Políticas de Pessoal;
- b) 6 Organização e Gestão da Instituição; e,
- c) 10 Sustentabilidade Financeira do SINAES.

Eixo 5 – Infraestrutura Física: corresponde à dimensão:

a) 7 - Infraestrutura Física do SINAES.



As avaliações levam em considerações:

- I. a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II. a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III. a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV. a comunicação com a sociedade;
- V. as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI. organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII. infraestrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII. planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX. políticas de atendimento aos estudantes;
- X. sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.
- § 3º A avaliação das instituições de educação superior resultará na aplicação de conceitos, ordenados em uma escala com 5 (cinco) níveis, a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas.

5.1. Missão e o plano de desenvolvimento institucional

A avaliação da Missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) englobará a articulação do PDI com a missão, com o Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e com as principais ações acadêmicas e administrativas da instituição, além de sua coerência interna e o cumprimento de suas metas.

Objetivos

São objetivos da avaliação da missão e do Plano de Desenvolvimento Institucional:



- demonstrar a articulação entre os projetos e planos nos níveis institucional, administrativo e acadêmico;
- abranger o projeto pedagógico e o plano de desenvolvimento institucional;
- propiciar a divulgação do PPI e do PDI, no contexto interno e externo;
- ser contínua, processando-se no decorrer da execução dos planos de ação;
- ser qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade;
- ter seus resultados considerados no planejamento e na tomada de decisão das IES nas áreas de gestão, ensino, extensão e pesquisa.

Estratégias

A implementação da avaliação da missão e do PDI se dará por meio de um processo de etapas sequenciadas, cuja articulação é baseada nos três diferentes níveis de análise propostos na estratégia geral de avaliação.

As etapas de implementação são as seguintes:

- 1. Avaliação dos projetos e planos que estabelecem a política institucional;
- 2. Avaliação da articulação entre projetos, planos e as ações implementadas;
- 3. Avaliação da eficácia dos projetos e planos institucionais, em termos de seus resultados e do cumprimento das metas estabelecidas.

A primeira etapa refere-se ao levantamento dos projetos e planos institucionais, a verificação de seu escopo, a avaliação de sua pertinência para o estabelecimento de princípios, políticas, objetivos e metas institucionais, sua coerência interna e entre os diversos documentos.

A segunda etapa tem como principal objetivo avaliar a articulação entre os projetos e planos desenvolvidos na instituição e as atividades de ensino, pesquisa e extensão, verificando a existência de processos que garantam a coerência entre as ações empreendidas e os princípios, diretrizes e o planejamento institucional.

Na terceira etapa pretende-se avaliar os resultados das ações de planejamento por meio da verificação do cumprimento dos planos, e a coerência entre os resultados obtidos e os objetivos institucionais.

5.2. A Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-graduação, a Extensão

A. Ensino



A avaliação da política para o ensino englobará a organização didático-pedagógica, o projeto didático-pedagógico, o currículo, os programas de disciplinas e das outras componentes curriculares, as formas de avaliação da aprendizagem, e as práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático-pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino.

Objetivos

São objetivos da avaliação da política para o ensino:

- avaliar a coerência dos projetos pedagógicos com o perfil pretendido do ingressante e do egresso;
- avaliar a coerência da matriz curricular com as competências que se pretende desenvolver ao longo do curso;
- verificar a exequibilidade e a atualidade dos programas de disciplinas em relação aos seus conteúdos, suas metodologias de ensino e seus métodos de avaliação da aprendizagem;
- verificar a existência de formas de apoio para docentes e discentes quanto à produção acadêmica;
- caracterizar a existência de políticas de incentivo à utilização de novas tecnologias e o respeito às diferenças individuais, sociais e culturais;
- identificar e avaliar disciplinas com índices de reprovação e retenção e discutir mecanismos de nivelamento;
- avaliar a adoção de práticas de atividades complementares ao ensino (atividades complementares, monitoria, iniciação científica, prática profissional, trabalhos de conclusão de curso) nos cursos de graduação.

Estratégias

- 1. Avaliação dos projetos pedagógicos, currículos, programas e demais documentos normativos dos cursos de graduação e sequenciais
- 2. Avaliação das atividades de ensino
- 3. Avaliação da eficácia das atividades de ensino e da formação



A primeira etapa refere-se ao levantamento dos projetos pedagógicos e sua pertinência em relação aos perfis de ingressantes e de egressos, à coerência entre a matriz curricular e as competências previstas, à adequação dos programas de estudo e à inovação das metodologias de ensino.

A segunda etapa tem como principal objetivo avaliar a articulação das atividades de ensino com o projeto pedagógico, com o currículo, com os programas de disciplinas e com outras atividades relacionadas com o ensino de graduação.

Na terceira etapa pretende-se avaliar os resultados das atividades de ensino, a partir da atuação profissional dos egressos, a avaliação das condições de ensino e o desempenho dos estudantes.

B. Pesquisa

A avaliação da pesquisa na UNIATITUDE, neste projeto, estará restrita à análise das atividades de iniciação científica. Neste contexto, a avaliação privilegiará a articulação das atividades de iniciação científica com o ensino, sua relevância social e sua contribuição para o desenvolvimento local, no âmbito dos cursos de graduação da Faculdade Atitude.

Objetivos

São objetivos da avaliação da política para o ensino:

- demonstrar a qualidade do que se produz nos projeto de iniciação científica;
- verificar a articulação entre a iniciação científica com o ensino;
- estimular o investimento em linhas de pesquisas relevantes do ponto de vista social e econômico;
- avaliar a coerência das atividades de iniciação científica com os projetos pedagógicos dos cursos e com os objetivos institucionais;
- avaliar a eficácia da iniciação científica na formação dos alunos do cursos de graduação para a pesquisa;
- dar relevância à existência de mecanismos de estímulo à iniciação científica;
- ter seus resultados considerados no planejamento e na tomada de decisão das IES nas áreas de ensino, extensão e pesquisa.

Estratégias



- 1. Avaliação das políticas institucionais de iniciação científica
- 2. Avaliação de programas e projetos de iniciação científica
- 3. Avaliação da eficácia das atividades de iniciação científica na formação do aluno e na produção acadêmica

A primeira etapa refere-se ao levantamento e avaliação das políticas e mecanismos de fomento, em nível institucional, para as atividades de iniciação científica.

A segunda etapa tem como principal objetivo a descrição e avaliação das atividades, sua relação com ensino e com a produção acadêmica.

Na terceira etapa pretende-se avaliar a eficácia das atividades de iniciação científica para o alunado, para o corpo docente e para a produção acadêmica.

C. Extensão

A avaliação das atividades de extensão englobará as atividades de extensão no âmbito dos cursos de graduação em nível institucional, na Direção da Faculdade Atitude.

Objetivos

São objetivos da avaliação da política para o ensino:

- demonstrar a qualidade do que se produz na extensão;
- abranger todas as ações da extensão: programas, projetos, eventos, cursos, produções acadêmicas e prestações de serviço;
- propiciar a credibilidade do que a extensão produz, no contexto interno e externo;
- ser qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade;
- ter seus resultados considerados no planejamento e na tomada de decisão das IES nas áreas de ensino, extensão e pesquisa.

Estratégias



- 1. Avaliação de desempenho político institucional
- 2. Avaliação de programas e projetos de extensão
- 3. Avaliação de impacto das atividades de extensão na formação do aluno e em relação à comunidade

A primeira etapa refere-se ao levantamento e avaliação dos princípios, políticas, mecanismos de fomento e disponibilização de recursos, em nível institucional, para as atividades de extensão. Neste sentido a etapa é delimitadora dos referenciais e potencialidades dos programas e projetos desenvolvidos no âmbito das atividades acadêmicas.

A segunda etapa tem como principal objetivo o detalhamento e avaliação das atividades, envolvendo a participação da comunidade interna e externa a Faculdade Atitude, sua relação com ensino e a pesquisa e com a produção acadêmica.

Finalmente, na terceira etapa pretende-se avaliar o impacto das atividades de extensão para as clientelas dos projetos, para o alunado, para o corpo docente e para os projetos pedagógicos dos cursos.

D. Pós-graduação

A avaliação das atividades de pós-graduação englobará as atividades de pós-graduação lato e stricto sensu, contemplando sua coordenação e sua articulação com o ensino e pesquisa.

Objetivos

São objetivos da avaliação da pós-graduação:

- demonstrar a qualidade dos cursos de pós-graduação lato e stricto sensu;
- abranger todos os cursos de pós-graduação;
- enfatizar a articulação entre a graduação e a pós-graduação.

Estratégias

As etapas de implementação são as seguintes:

- 1. Avaliação das políticas institucionais de pós-graduação
- 2. Avaliação de cursos de pós-graduação, incluindo projetos pedagógicos, currículos e condições de oferta
- 3. Avaliação dos resultados das atividades de pós-graduação

A primeira etapa dedica-se a avaliação da política e dos mecanismos institucionais de fomento às atividades de pós-graduação.



A segunda etapa refere-se ao levantamento dos projetos pedagógicos e sua pertinência em relação à graduação e às necessidades de formação locais.

A terceira etapa pretende-se avaliar o impacto das atividades de pós-graduação para o alunado e para o corpo docente.

5.3. A responsabilidade social da UNIATITUDE

No contexto da autoavaliação institucional, a responsabilidade social da Faculdade Atitude se refere ao cumprimento das funções sociais que são esperadas de uma IES. Neste sentido, a avaliação da responsabilidade social, no contexto do processo de autoavaliação, englobará as ações que contribuem para a inclusão social, para o desenvolvimento econômico e social e do conhecimento técnico-científico e cultural, para a defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural. A avaliação das diversas ações que contribuem para o cumprimento da função social da instituição incluirá todas aquelas atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação e sequenciais e em nível institucional.

Objetivos

São objetivos da avaliação da responsabilidade social da Instituição:

- verificar a efetividade das ações relacionadas a responsabilidade social da instituição;
- abranger todas as ações que contribuem para a responsabilidade social da instituição: condições de acesso e permanência de grupos sociais desfavorecidos na instituição, programas, projetos, eventos, cursos, produções acadêmicas e prestações de serviço;
- propiciar a credibilidade das ações de responsabilidade social da instituição no contexto interno e externo;
- ser qualitativa e quantitativa, realizada pela comunidade universitária e pela sociedade;
- ter seus resultados considerados no planejamento e na tomada de decisão das IES.

Estratégias



- 1. Avaliação de desempenho político institucional
- 2. Avaliação de programas e projetos de responsabilidade social
- 3. Avaliação de impacto das atividades de relacionadas à responsabilidade social da instituição em relação à comunidade

A primeira etapa refere-se ao levantamento e avaliação dos princípios, políticas, mecanismos de fomento e disponibilização de recursos, em nível institucional, para as atividades relacionadas com a responsabilidade social da instituição. Neste sentido a etapa é delimitadora dos referenciais e potencialidades dos programas e projetos desenvolvidos no âmbito das atividades acadêmicas.

A segunda etapa tem como principal objetivo o detalhamento e avaliação das ações, programas e atividades relacionadas com a responsabilidade social.

Finalmente, na terceira etapa pretende-se avaliar o impacto das atividades relacionadas com a responsabilidade social para as clientelas dos projetos, para o alunado, para o corpo docente e, de maneira geral, para o contexto social da cidade.

5.4. A Comunicação com a Sociedade

A avaliação da comunicação da instituição com a sociedade englobará as formas de comunicação com o corpo discente, com o corpo docente, com o corpo técnico-administrativo e com a sociedade.

Objetivos

São objetivos da avaliação da comunicação com a sociedade:

- demonstrar a preocupação da instituição com o estabelecimento de meios adequados de comunicação interna e externa;
- abranger todos os meios de comunicação estabelecidos pela instituição;
- verificar a validade da informação produzida e veiculada interna e externamente;

Estratégias



- 1. Avaliação das estratégias de comunicação interna e externa da instituição
- 2. Avaliação dos meios de comunicação
- 3. Avaliação da eficácia dos meios e formas de comunicação

A primeira etapa refere-se ao levantamento e avaliação das diretrizes que fundamentam, em nível institucional, as atividades relacionadas com a comunicação interna e externa.

A segunda etapa tem como principal objetivo o detalhamento e avaliação de todos os meios de comunicação adotados pela instituição, seja em relação à comunicação com o corpo discente, com o corpo docente, com o corpo técnico-administrativo e com a sociedade.

Na terceira etapa pretende-se avaliar a eficácia da comunicação da instituição.

5.5. As Políticas de Pessoal

A avaliação das políticas de pessoal englobará aspectos gerais da política de recursos humanos, a carreira do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.

Objetivos

São objetivos da avaliação das políticas de pessoal:

- avaliar o regime de trabalho e a titulação do corpo docente;
- avaliar os critérios de admissão e progressão;
- avaliar o grau de rotatividade do pessoal administrativo;
- avaliar o clima institucional;
- avaliar a movimentação vertical no âmbito da instituição, visando a monitorar a carreira do colaborador;
- avaliar a adequação do perfil do recém contratado/promovido na função;
- avaliar demandas de qualificação de pessoal;
- avaliar a eficácia/efetividade da capacitação;
- avaliar a manutenção dos requisitos operacionais adquiridos nas ações de capacitação;
- avaliar a execução do plano de avaliação de recrutamento e seleção.



Estratégias

As etapas de implementação são as seguintes:

- 1. Avaliação da regulamentação das políticas de pessoal
- 2. Avaliação dos mecanismos de seleção, admissão, progressão, gestão, capacitação e avaliação do corpo docente e do corpo técnico-administrativo
- 3. Avaliação da eficácia da política de pessoal e do clima institucional

A primeira etapa refere-se ao levantamento e avaliação da regulamentação das políticas de pessoal, no nível institucional.

A segunda etapa tem como descrever e avaliar o corpo docente e o corpo técnico administrativos e os processos e mecanismos de seleção, admissão, progressão, gestão, capacitação e avaliação.

Na terceira etapa pretende-se avaliar a eficácia da política de pessoal e do clima institucional.

5.6. Organização e Gestão da UNIATITUDE

A avaliação da organização e da gestão da instituição englobará os mecanismos de gestão, os órgãos colegiados da estrutura acadêmica, a gestão estratégica e a gestão da comunicação.

Objetivos

São objetivos da avaliação da organização e gestão da instituição:

- demonstrar a articulação entre os planos de gestão e as ações implementadas no plano acadêmico e administrativo;
- demonstrar a efetiva atuação dos órgãos colegiados na gestão institucional;
- verificar a utilização do planejamento na tomada de decisão das IES nas áreas de gestão, ensino, extensão e pesquisa.

Estratégias



1. Avaliação do desempenho institucional em relação à gestão

2. Avaliação dos mecanismos de gestão e de tomada de decisões

A primeira etapa refere-se ao levantamento dos níveis de institucionalização dos processos de gestão e dos órgãos colegiados.

A segunda etapa tem como principal objetivo avaliar a efetivo funcionamento dos processos de planejamento e dos órgãos colegiados.

5.7. Infraestrutura física

A. Infraestrutura Básica e Instalações Especiais

A avaliação da infraestrutura básica e instalações especiais contempla prioritariamente o espaço físico, os equipamentos e os mobiliários, os serviços relacionados com as atividades administrativas e acadêmicas de ensino, pesquisa ou práticas de investigação e extensão. No contexto dessa dimensão, a infraestrutura física será grupada por categorias: infraestrutura física básica, infraestrutura física de espaços com finalidade específica, infra-estrutura física de apoio e manutenção e infra-estrutura física de informação e comunicação.

Objetivos

São objetivos da avaliação da infraestrutura:

- avaliar a instituição como uma totalidade integrada, visando a melhoria da qualidade acadêmica e o desenvolvimento institucional;
- privilegiar o conceito de autoavaliação e sua prática educativa para gerar, nos membros da comunidade acadêmica, autoconsciência de suas qualidades, problemas e desafios para o presente e o futuro, estabelecendo mecanismos institucionalizados e participativos para a sua realização.
- avaliar a adequação da infraestrutura física (básica, de espaços com finalidade específica, de apoio e manutenção, e de recursos de informação e comunicação), contemplando prioritariamente o espaço físico, os equipamentos e os mobiliários, e os serviços relacionados com as atividades administrativas e acadêmicas de ensino, pesquisa ou práticas de investigação e extensão;



• avaliar a satisfação dos usuários quanto à infra-estrutura física e de comunicações.

Estratégias

As etapas de implementação são as seguintes:

- 1. Avaliação das políticas de infra-estrutura
- 2. Avaliação da adequação da infra-estrutura física básica e dos espaços com finalidade específica, da infra-estrutura de apoio e manutenção e informação e da infraestrutura de comunicação
- 3. Avaliação da satisfação dos usuários

A primeira etapa refere-se ao levantamento das políticas e diretrizes que fundamentam, em nível institucional, as atividades relacionadas com a adequação da infra-estrutura.

A segunda etapa tem como objetivo o detalhamento e avaliação da adequação da infra-estrutura de acordo com as atividades a que se destina apoiar.

Na terceira etapa pretende-se avaliar a satisfação dos usuários em relação à infra-estrutura, envolvendo o corpo docente, o corpo discente e o corpo técnico-administrativo.

A descrição das categorias de avaliação para cada um dos níveis está descrita no Quadro 10, a seguir.

B. Biblioteca

A avaliação da Biblioteca englobará as atividades biblioteconômicas e de informação bibliográfica da UNIATITUDE, como apoio às áreas de ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos

São objetivos da avaliação da Biblioteca:

- dar subsídios para a guarda, desenvolvimento e manutenção do patrimônio documental em todos os seus suportes físicos;
- verificar as condições das instalações, mobiliário e equipamentos da biblioteca;
- consolidar a otimização da base de dados do acervo documental;
- observar o atendimento das necessidades informacionais dos usuários e avaliar o nível de satisfação destes;



- verificar os resultados do apoio à educação continuada do quadro de funcionários da Biblioteca;
- ter seus resultados considerados no planejamento e a tomada de decisão da bibliotecária em consonância com a Direção da UNIATITUDE.

Estratégias

A implementação da avaliação da Biblioteca será por meio de um processo contínuo envolvendo todas as equipes da biblioteca e contemplando os serviços e produtos oferecidos. Pela variedade de atividades desenvolvidas nas bibliotecas e a natureza peculiar de cada especialidade, serão constituídos grupos temáticos de trabalho que, concomitantemente, desenvolverão o processo avaliativo das bibliotecas.

As atividades serão avaliadas em relação a três níveis:

- 1. Nível institucional existência do Sistema de Bibliotecas nos documentos oficiais da instituição;
- 2. Nível operacional, formação de equipes temáticas com a finalidade de avaliar os serviços e produtos da Biblioteca;
- 3. Nível de análise os programas e projetos da biblioteca serão avaliados para verificação do impacto e (re)planejamento.

5.8. Planejamento e Avaliação

A avaliação do planejamento e avaliação da instituição englobará os mecanismos de planejamento, sua relação com o projeto pedagógico institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos, e os processos de acompanhamento e avaliação.

Objetivos

São objetivos da avaliação do planejamento e avaliação da instituição:

- demonstrar a articulação entre as ações de planejamento e avaliação e os projetos pedagógicos;
- abranger o projeto pedagógico institucional e os projetos pedagógicos dos cursos;
- propiciar a divulgação dos processos de avaliação, incluindo a Avaliação Institucional SINAES;



- efetivar a meta-avaliação da Avaliação Institucional SINAES;
- enfatizar o aspecto formativo dos processos de autoavaliação.

Estratégias

As etapas de implementação são as seguintes:

- 1. Avaliação da política institucional de planejamento e avaliação
- 2. Avaliação dos processos de planejamento e avaliação
- 3. Avaliação da eficácia dos processos de planejamento e avaliação

A primeira etapa refere-se ao levantamento da política institucional de planejamento e avaliação, com ênfase no estabelecimento da Avaliação Institucional - SINAES.

A segunda etapa tem como principal objetivo avaliar a abrangência e a articulação entre os processos de planejamento e avaliação.

Na terceira etapa pretende-se avaliar a incorporação dos resultados da avaliação nos processo de planejamento e meta-avaliação.

A descrição das categorias de avaliação para cada um dos níveis está descrita no Quadro 12, a seguir.

5.9. Políticas de Atendimento aos Estudantes

A avaliação das políticas de atendimento aos estudantes englobará as políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes, de participação dos estudantes em atividades de ensino e de acompanhamento de egressos e criação de oportunidade de formação continuada.

Objetivos

São objetivos da avaliação das políticas de atendimento aos estudantes na instituição:

- demonstrar a articulação das ações para a democratização do acesso e redução da evasão;
- abranger a participação dos alunos nas atividades complementares ao ensino, nas monitorias, nas tutorias, nos estágios, na iniciação científica, nas atividades de extensão e no processo de avaliação institucional;



• enfatizar a importância do processo de acompanhamento de egressos para a avaliação dos cursos de graduação.

Estratégias

As etapas de implementação são as seguintes:

- 1. Avaliação das políticas de atendimento
- 2. Avaliação dos mecanismos de atendimento
- 3. Avaliação da eficácia das políticas de atendimento aos estudantes
- 4. Sustentabilidade Financeira
- 5.10. A avaliação da sustentabilidade financeira englobará as políticas de sustentabilidade financeira, de captação e alocação de recursos, principalmente para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Objetivos

São objetivos da avaliação da sustentabilidade financeira:

- demonstrar a articulação entre o planejamento financeiro da instituição e a responsabilidade com a continuidade dos compromissos com as atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- abranger as políticas de captação de recursos e sua aplicação nas atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- propiciar a divulgação do planejamento financeiro da instituição, no contexto interno e externo;

Estratégias

- 1. Avaliação das políticas institucionais de captação e alocação de recursos
- 2. Avaliação da articulação entre o planejamento financeiro e a alocação de recursos para as atividades de ensino, pesquisa e extensão.
 - 4. Avaliação da sustentabilidade financeira da instituição



6. Recursos

Os recursos humanos necessários para a avaliação, em sua maioria, estão disponíveis no interior da própria comunidade acadêmica, por meio da participação do corpo docente, do corpo técnico-administrativo e do corpo discente da UNIATITUDE, para os quais serão disponibilizados o tempo e meios necessários para o cumprimento das atividades elencadas neste projeto. A comissão proverá o apoio técnico junto ao setor de programação e informática para a elaboração dos questionários e roteiros de entrevista e para a tabulação e análise dos dados.

7. ENADE

É fundamental estimular nas turmas, desde o primeiro semestre, a consciência do papel da avaliação, seja interna quanto externa, sobretudo no que tange a responsabilidade dos alunos no Exame Nacional do Desempenho dos Estudantes (ENADE). Esse estímulo parte da coordenação dos cursos e envolve o corpo de professores, que deve atuar como agente disseminador da cultura avaliativa como instrumento de melhorias contínuas para a instituição de ensino. Diante disso, a comissão tem como compromisso amparar a consolidação dessa cultura. Nesse sentido, a CPA solicitar aos coordenadores de curso o parecer, nos termos do item 3.1 deste documento.

Objetivo: Apoiar as coordenações de curso nas ações relacionadas ao ENADE junto aos docentes e discentes.

8. Avaliação externa

Diante disso, fica consignado de que a atuação da CPA nos períodos que antecedem e durante a visita, pois todos os membros participaram das reuniões com os avaliadores.

2. Gráfico



9. Encontros dos Membros DA CPA

Objetivo: Organizar e desenvolver as estratégias da CPA de maneira integrada a partir da percepção dos diferentes segmentos que compõem a comissão.

10. Agenda Semestral da CPA

A CPA Elabora o cronograma de reuniões do segundo semestre de 2024.

11. Considerações Finais

Espera-se que com a apresentação desse plano a comunidade acadêmica da UNIATITUDE compreenda melhor o processo de autoavaliação e saiba que a CPA está sempre de portas abertas. Por fim, a comissão agradece antecipadamente todas as sugestões e espera lograr êxito nos trabalhos que serão desenvolvidos no segundo semestre 2023.